

O panorama das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul à luz do seu processo histórico de formação socioeconômica

Jéferson Réus da Silva Schulz

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Daniela Dias Kühn

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(PGDR/UFRGS)

Recebido: 14/07/2018 Versão revisada (entregue): 02/02/2020 Aprovado: 03/02/2020

Resumo

A literatura especializada aponta o processo de formação econômica do Rio Grande do Sul como o fator responsável pelo surgimento de desigualdades regionais no Estado. Essas desigualdades têm se mostrado estáveis ao longo das últimas décadas. O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar as (e refletir sobre a persistência das) desigualdades entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul no período de 2008 até 2012. São utilizados dados secundários sobre os agregados macroeconômicos regionais e algumas variáveis do desenvolvimento socioeconômico, como saúde, renda e educação. Os resultados indicam a existência de uma concentração espacial da atividade industrial na Região Nordeste e um atraso da Região Sul no que se refere aos aspectos socioeconômicos. Constatou-se que as desigualdades regionais entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul ainda persistem e são decursivas da estrutura produtiva regional. A superação desse quadro adverso requer, entre outras medidas, a promoção de uma reestruturação produtiva por meio de um conjunto de ações que leve à desconcentração da atividade industrial no Rio Grande do Sul, visando a geração de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas e uma ampliação do bem-estar social.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; desigualdades regionais; estrutura produtiva regional; formação econômica; Rio Grande do Sul.

Código JEL | N96 O15 R12

The situation of regional inequalities in Rio Grande do Sul at the spotlight of its historical process on socioeconomic formation

Abstract

The specialized literature points to the process of economic formation in Rio Grande do Sul as

the factor responsible for the emergence of regional inequalities in the state. These inequalities have shown to be stable over the past few decades. The general objective of the research is to identify and reflect on the persistence of inequalities among the North, Northeast and South Regions of Rio Grande do Sul in the period from 2008 to 2012. Secondary data on regional macroeconomic aggregates and some variables of socioeconomic development are used, such as health, income and education. The results indicate the existence of a spatial concentration of industrial activity in the Northeast Region and a delay in the South Region with regard to socioeconomic aspects. It was found that regional inequalities among the North, Northeast and South Regions of Rio Grande do Sul still persist and are derivative of the regional productive structure. Overcoming this adverse situation requires, among other incursions, the promotion of a productive restructuring through a set of actions aimed at the deconcentration of industrial activity in Rio Grande do Sul, aiming at the generation of jobs and income in less developed regions and an expansion of social well-being.

Keywords | Economic formation; regional development; regional inequalities; regional productive structure; Rio Grande do Sul.

JEL-Code | N96 O15 R12

El panorama de las desigualdades regionales en Rio Grande do Sul a la luz de su proceso histórico de formación socioeconómica

Resumen

La literatura especializada señala el proceso de formación económica en Rio Grande do Sul como el factor responsable por la aparición de desigualdades regionales en el Estado. Estas desigualdades han demostrado ser estables en las últimas décadas. El objetivo general de la investigación es identificar (y reflexionar sobre la persistencia de) las desigualdades entre las Regiones Norte, Noreste y Sur de Rio Grande do Sul en el período de 2008 a 2012. Se utilizan datos secundarios sobre agregados macroeconómicos regionales y algunas variables de desarrollo socioeconómico, como salud, ingresos y educación. Los resultados indican la existencia de una concentración espacial de actividad industrial en la Región Noreste y un retraso en la Región Sur con respecto a los aspectos socioeconómicos. Se descubrió que las desigualdades regionales entre las Regiones Norte, Nordeste y Sur de Rio Grande do Sul aún persisten y se deben a la estructura productiva regional. Superar esta situación adversa requiere, entre otras incursiones, la promoción de una reestructuración productiva a través de un conjunto de acciones destinadas a la desconcentración de la actividad industrial en Rio Grande do Sul, con el objetivo de generar empleos e ingresos en las regiones menos desarrolladas y la expansión del bienestar social.

Palabras clave | Desarrollo regional; desigualdades regionales; estructura productiva regional; formación económica; Rio Grande do Sul.

Codigo JEL | N96 O15 R12

Introdução

A desigualdade consiste em uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista e ao seu desenvolvimento, que também é desigual em qualquer dimensão do espaço geográfico. Nesse âmbito analítico, o fator renda implica uma variável essencial no delineamento das disparidades existentes entre determinados recortes espaciais. As preocupações com as desigualdades regionais e com a sua necessária superação assentam-se em uma concepção de desenvolvimento entendida como industrialização e urbanização, em que a industrialização é considerada como a principal forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Com efeito, considera-se importante destacar o potencial da indústria em gerar emprego e renda e em promover processos de modificação estrutural baseados na canalização de recursos produtivos do sistema econômico. Isso acontece por meio de ações que favorecem o desenvolvimento industrial, que se refere a um aumento na diversidade do tipo de indústrias e à qualificação das relações econômicas entre as indústrias de determinado lugar, sendo norteadas por um viés setorial em termos de produção (KÜHN, 2015).

A literatura especializada sustenta que o processo de desenvolvimento é marcado pela ocorrência de desequilíbrios causados por fatores de natureza histórica, econômica, cultural, social e ambiental particulares (ETGES; DEGRANDI, 2013). No Rio Grande do Sul, os padrões históricos de localização e de concentração das atividades econômicas, sobretudo em relação à indústria e ao emprego industrial, são os elementos responsáveis pelo surgimento das atuais desigualdades regionais existentes no território gaúcho (BENETTI, 2007).

Uma divisão regional amplamente utilizada nos estudos sobre a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul divide o Estado em três regiões: a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Sul (ALONSO; BANDEIRA, 1994). A Região Nordeste consiste em um centro econômico dinâmico que concentra a maior parcela da produção industrial gaúcha. As Regiões Norte e Sul apresentam determinadas particularidades na sua estrutura produtiva que lhes conferem um caráter de áreas atrasadas e de incipiente industrialização comparativamente à Região Nordeste (ALONSO, 2003).

Considerando-se a formação econômica como o fator determinante para o surgimento das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul e para a sua permanência, ressalta-se que essa dinâmica persistente ao agravamento qualquer que seja a dimensão ou a divisão regional utilizada para a sua análise (BENETTI, 2007; ALONSO, 2003). A superação dos desequilíbrios regionais verificados no Estado requer a adoção de um conjunto de medidas estratégicas com potencial suficiente para romper o círculo vicioso da baixa produtividade e da pobreza observadas nas áreas consideradas estagnadas (ALONSO, 2006).

Apesar da maior parte das pesquisas sobre as desigualdades regionais gaúchas enfatizarem a questão da estrutura produtiva das regiões, o presente estudo busca ampliar o escopo abordando também os aspectos relacionados ao desenvolvimento humano. Com efeito, são incluídas variáveis relativas à educação, à saúde e à renda. Isso implica considerar que as desigualdades econômicas não se restringem à desigualdade de renda, abarcando privações em diferentes âmbitos do bem-estar social (BERNARDINI; KANG; WINK Jr., 2015).

A intensidade das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul tem se mostrado estável ao longo das últimas décadas. Diante disso, a problemática dessa pesquisa reside em observar qual é o panorama desse cenário considerando-se um recorte temporal que tem início em 2008 e se estende até 2012. Apesar de curto, o período a ser analisado permite evidenciar as características específicas de cada uma das regiões gaúchas e assim pensar em ações concretas para fins de promoção de políticas públicas que visem alavancar o desenvolvimento regional.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e refletir sobre a persistência das desigualdades entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul no período de 2008 até 2012. Os objetivos específicos do estudo consistem em descrever e comparar os aspectos inerentes à estrutura produtiva e à situação socioeconômica de cada região do Estado, considerando-se os agregados macroeconômicos regionais e algumas variáveis do desenvolvimento socioeconômico.

O artigo apresenta 7 seções além dessa introdução. Nas seções 2 e 3 são abordados os elementos teóricos da pesquisa, como o conceito de região no contexto da economia regional e as Teorias do Desenvolvimento Regional, respectivamente. Na seção 4 apresenta-se o critério de divisão regional do Rio Grande do Sul utilizado na pesquisa. A seção 5 traz os procedimentos metodológicos empregados no estudo. As seções 6 e 7 são dedicadas à apresentação dos resultados e da discussão, de forma que na seção 6 descreve-se a estrutura produtiva das regiões gaúchas e na seção 7 expõem-se os aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Por fim, na seção 8 são explicitadas as considerações finais do estudo realizado.

O conceito de região no contexto da economia regional

No que concerne ao estudo sobre as questões regionais, o ponto de partida requer que se tenha clareza do significado de região. A região consiste em um espaço socialmente construído, uma vez que a unidade regional pode ser examinada de acordo com as suas relações com o modo de produção, sem que a preocupação fundamental e única consista em delimitar com rigidez um território, e sim

compreender a realidade estudada à luz de sua dimensão histórica (BREITBACH, 1988).

A região pode ser conceituada como um espaço, não institucionalizado como Estado Nação, de identidade ideológico-cultural e de representatividade política, articulado em função de interesses específicos, normalmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece a sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1999). O termo região se refere a espaços-momento que resultam, efetivamente, em uma articulação espacial consistente, ainda que mutável e porosa, e complexa, seja por coesões de dominância socioeconômica, política e/ou simbólico-cultural (HAESBAERT, 2010).

Ressalta-se que região e área não têm, necessariamente, o mesmo significado, uma vez que nem toda área constitui uma região. Para que uma determinada área seja considerada uma região, ela deve exibir unidade interna e coesão, ou seja, a constituição de uma totalidade. Essa unidade e integração não são definidas pela continuidade de elementos espaciais, nem pela homogeneidade de fenômenos, mas sim pela integração que manifestam, permitindo que uma região possa apresentar descontinuidade territorial dos fenômenos desde que haja integração na dispersão (LENCIONI, 2015).

Destaca-se que os aspectos territoriais são fundamentais para explicar as diversas formas de evolução da sociedade. Considerando-se que as diferenças criadas no território são um dado da realidade e, desse modo, facilitam ou dificultam as suas transformações, o território mostra-se rugoso, resultado das condições naturais e históricas, fazendo com que a evolução social, a econômica e a política, não lhe sejam indiferentes (SANTOS, 1988).

Assim, uma região forma uma identidade, com características semelhantes, e apresenta-se como um campo de forças que atrai unidades econômicas e organiza todo o território à sua proximidade, estando suscetível às ações de forças internas e externas capazes de explicar e de interferir na dinâmica regional (SOUZA, 2009). O conceito de região está também relacionado à ideia de que as áreas geográficas são um conjunto único em virtude das suas características, como as estruturas de produção, os padrões de consumo, a distribuição da força de trabalho e os elementos culturais, sociais e políticos (LIMA; ALVES, 2012).

A região pode ser pensada como uma produção cultural que introduz, de forma simultânea, a questão da diversidade social e cultural, da dinâmica histórica e da mutabilidade das experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na dimensão do espaço vivido (VIEIRA; SANTOS, 2012). Em suma, a ideia de região leva em conta a questão do conteúdo econômico dos seus elementos constitutivos, como o nível de renda (pobreza *versus* riqueza), a estrutura produtiva (base agrícola *versus* base industrial), a estrutura urbana (meio urbano *versus* meio rural), os modos de transporte e a dotação de recursos naturais (SOUZA, 2009).

O desenvolvimento econômico regional

Na Teoria Econômica existem diversas abordagens sobre o modo de crescimento das regiões, que sofre influência da estrutura econômica, das vantagens geográficas, da disponibilidade dos fatores de produção e dos ambientes político e institucional (LIMA et al., 2013). Esse trabalho tem como foco as Teorias do Desenvolvimento Regional, que têm inspiração keynesiana e inserem-se na análise macroeconômica, trazendo como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga o seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Tal processo é conhecido como o paradigma de cima para baixo, ou centro-abaixo, baseado em uma força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento (BELLINGIERI, 2017). A seguir, são brevemente descritos os quatro principais modelos teóricos que fazem parte das Teorias do Desenvolvimento Regional.

i) Teoria da Base de Exportação: desenvolvida por Douglas North em 1955 e incrementada em 1977, a partir dos pressupostos da Teoria da Base Econômica, essa teoria busca explicar os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de regiões novas no longo prazo, considerando as exportações como variável-chave, mas à medida que a região se desenvolve, ela amadurece e se torna mais complexa, o que implica o surgimento de novos setores básicos e de atividades internas capazes de se autossustentar para a formação da maior parte da sua renda (LIMA et al., 2013). A concepção fundamental que sustenta essa teoria é a de que os principais determinantes do desenvolvimento de um território são os setores responsáveis por abastecer a demanda externa na forma de exportação (MONTAGNAN; SHIKIDA, 2012).

ii) Modelo de Causação Circular Cumulativa: esse modelo, desenvolvido em 1957, tem Gunnar Myrdal como o seu principal autor. Baseia-se na ideia de ciclo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo (ou positivo) é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos) (BELLINGIERI, 2017). Myrdal enfatiza que um pequeno choque em determinada variável é capaz de gerar efeitos em todo o sistema e que a variável que causou o choque inicial pode vir a sofrer efeitos advindos das outras variáveis nas quais essa variável inicial exerceu o seu efeito (OLIVEIRA; ATTÍLIO, 2014).

iii) Modelo de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Interregional do Crescimento: desenvolvido por Albert O. Hirschman, em 1958, sustenta que o desenvolvimento acontece a partir da capacidade de investir, que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local. Quanto mais baixo o nível de desenvolvimento do país, menor será esta capacidade, não porque ela é baixa em si, mas devido à sua relação com a renda nacional (círculo vicioso).

Logo, as decisões de investimento tornam-se o principal fator para o desenvolvimento e para as ações de política econômica (LIMA; SIMÕES, 2010).

iv) Teoria dos Polos de Crescimento Econômico: essa teoria tem como base os estudos de François Perroux e de Jacques Boudeville, entre as décadas de 1950 e de 1970. O crescimento econômico não acontece de forma simultânea em todas as partes do território, manifestando-se, primeiramente, em determinados pontos ou polos do espaço, fazendo emergir um processo de polarização responsável por desencadear um quadro de desigualdades regionais. Após essa fase inicial, o crescimento passa a difundir-se por outros canais, introduzindo um processo de despolarização, no qual se verifica uma melhora na situação inicial instituída pelo processo de polarização. Em virtude dessa dinâmica, observa-se que as desigualdades regionais passam a ser gradativamente reduzidas em decorrência dos efeitos de encadeamento gerados pelo polo principal e pela presença de uma indústria motriz, que atuam como forças indutoras do crescimento econômico regional. Para Boudeville, “a região é homogênea quando corresponde a um espaço contínuo onde cada uma de suas partes apresenta características semelhantes” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 8). O referido autor sustenta que uma região é polarizada quando se considera a interdependência das aglomerações urbanas, de modo que as suas diversas partes são complementares em um sistema hierarquizado conforme os bens produzidos. Ainda segundo a concepção de Boudeville, uma região é uma região-plano quando ela é caracterizada como um espaço contínuo onde as suas diversas partes estão sob uma mesma decisão. A região-plano funciona como um instrumento de ação de políticas de forma que a sua definição deve maximizar os efeitos de um programa de desenvolvimento do território, como a localização de uma indústria motriz, a implantação de novos meios de comunicação, a construção de rodovias, o uso de novas fontes de energia, entre outros (LIMA; SIMÕES, 2010).

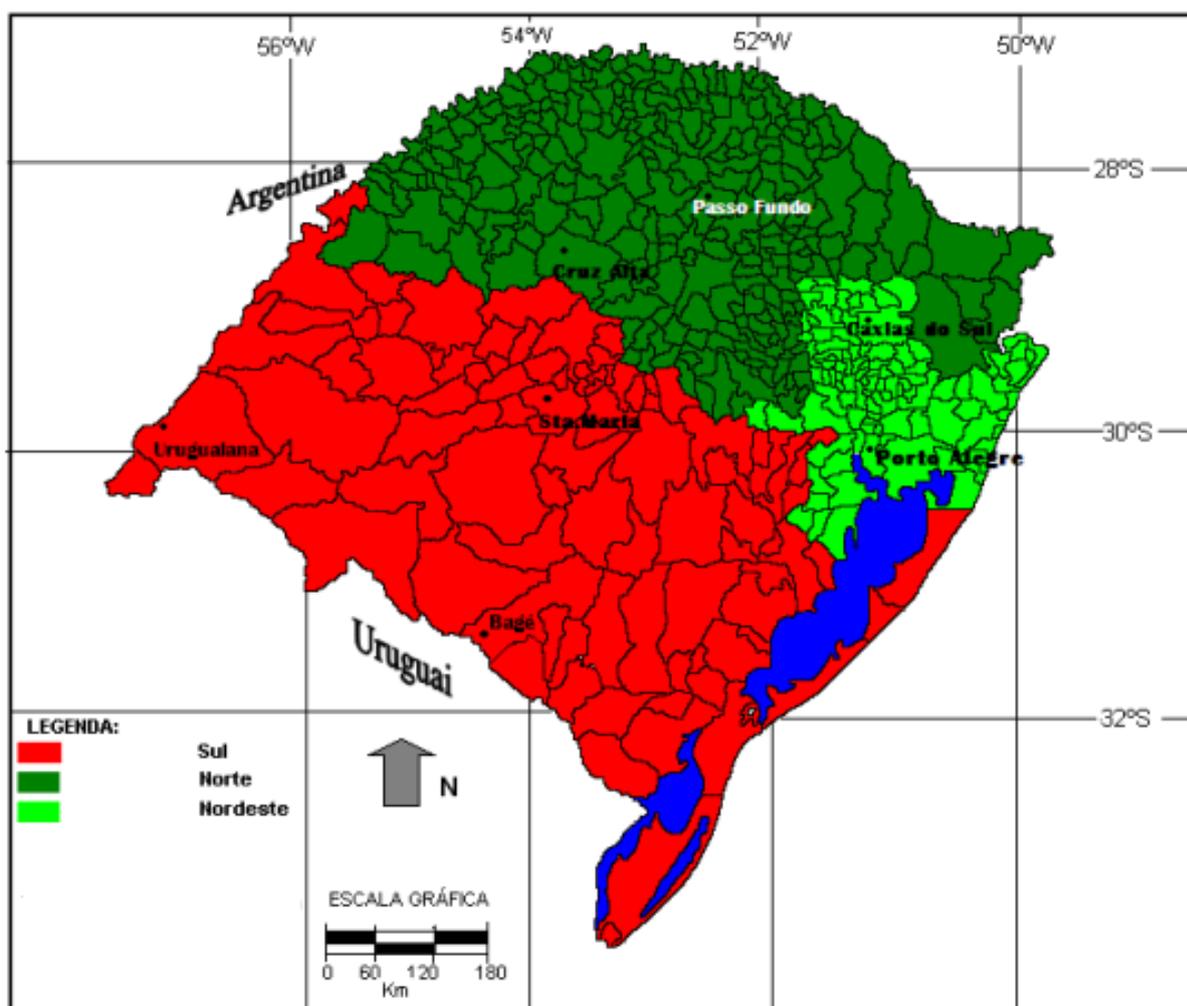
O critério de divisão regional do Rio Grande do Sul

Analisar problemas regionais, sejam eles de ordem econômica, social ou política, requerer, em um primeiro momento, que se defina uma partição do espaço capaz de proporcionar uma base adequada para organizar as informações estatísticas (ALONSO; BANDEIRA, 1994). Delimitar unidades espaciais torna-se fundamental quando se tem em vista tratar de questões empíricas. Por essa razão, primeiramente, deve-se estabelecer os critérios metodológicos que servirão de base para a divisão regional adotada com o intuito de incorporar os elementos essenciais que atuarão como aportes para a abordagem empreendida.

A homogeneidade entre as regiões, isto é, a presença de certas similaridades entre elas, é o marco conceitual e metodológico que tem norteado a divisão regional em diversos níveis. Em estudo acerca das desigualdades regionais do Rio Grande do

Sul, Alonso e Bandeira (1994) utilizam como norte o critério de homogeneidade histórica. Este refere-se à predominância de características de semelhança entre as partições do espaço ao longo do tempo, apoiando-se na sua formação histórico-econômica. Assim, os autores propõem uma divisão regional para o Estado em que existem três grandes regiões, a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Sul, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado de Alves e Silveira (2008).

Além da homogeneidade histórica como marco conceitual e metodológico para constituir a divisão regional do Rio Grande do Sul, Alonso e Bandeira (1994) enfatizaram o critério de comparabilidade de dados estatísticos ao longo do tempo, como população total, população urbana, população rural, produção industrial, produção agropecuária, entre outros. Desse modo, tendo como referência esses dois critérios e buscando apoio na literatura relativa à história

econômica do Rio Grande do Sul, foi possível subdividir o Estado nessas três grandes regiões, cada uma com traços particulares definidos pelo seu processo de formação socioeconômica.

A Região Norte aglomera as pequenas e as médias propriedades agrícolas e a agroindústria (FIORI, 2012). Nessa Região heterogênea, aos poucos, a produção amplamente diversificada cedeu espaço às lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Isso fez com que surgissem polos de crescimento industrial em determinadas cidades da Região, diretamente vinculados à produção primária, seja pelo processamento de produtos agrícolas locais, seja pela produção de insumos e de implementos para a lavoura (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

A Região Nordeste inclui o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e o Litoral Norte do Estado, com o predomínio da indústria e dos serviços (FIORI, 2012). Nessa Região, onde se verificam significativas concentrações urbanas, o parque industrial constituído no início do século XX progressivamente suplantou a agricultura e assumiu um papel hegemônico na economia local. Além disso, destaca-se a presença de uma estrutura fundiária em que prevalecem as pequenas propriedades (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

A Região Sul apresenta como característica marcante a sua formação econômica em torno da grande propriedade pecuarista e arrozeira (FIORI, 2012). Nessa Região, o traço histórico-econômico fundamental consiste na concentração da posse da terra a partir da doação de sesmarias no final do período colonial e no início do Império brasileiro. Esse processo é responsável pela formação de outros aspectos presentes na evolução social dessa Região, como a concentração de renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade demográfica da população rural e o predomínio da pecuária como a principal atividade econômica (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

Metodologia

A presente pesquisa, do ponto de vista da sua natureza, classifica-se como aplicada, e quanto ao seu objetivo, como descritiva. Nas pesquisas aplicadas, além da atualização de conhecimentos para uma nova tomada de decisão, busca-se transformar em ação concreta os resultados do trabalho desenvolvido (CERVO; BERVIAN, 1983). As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Tendo em vista subdividir o Rio Grande do Sul em partições do espaço que contenham semelhanças entre si e que possibilitem a implementação de estratégias direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico regional como forma de reduzir as desigualdades regionais, o Estado foi dividido em Conselhos Regionais de

Desenvolvimento. Dessa forma, surgiram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Coredes), criados oficialmente pela Lei nº 10.283 de 17 de outubro de 1994 (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Os Coredes são um fórum de discussão para a promoção de políticas e de ações que visam o desenvolvimento regional do Estado. Os seus principais objetivos são: promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável; potencializar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para o alcance de melhorias na qualidade de vida da população além de uma distribuição da riqueza produzida mais equitativa; estimular a permanência do homem na sua região; e incentivar a preservação e a recuperação do meio ambiente (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A partir de 2008, com a publicação do Decreto N. 45.436, o Rio Grande do Sul passou a contar com 28 Coredes. A presente pesquisa, para a coleta e a sistematização dos dados, parte de uma divisão regional proposta por Pinto e Coronel (2013) em que as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Estado são subdivididas em Coredes, conforme indica o Quadro 1.

Quadro 1 – Divisão do Rio Grande do Sul nas Regiões Norte, Nordeste e Sul com base nos Coredes

Região Norte	Região Nordeste	Região Sul
Alto da Serra do Botucaraí	Campos de Cima da Serra	Campanha
Alto Jacuí	Hortênsias	Central
Celeiro	Litoral	Centro-Sul
Fronteira Noroeste	Metropolitano Delta do Jacuí	Fronteira Oeste
Médio Alto Uruguai	Paranhana-Encosta da Serra	Jacuí-Centro
Missões	Serra	Sul
Nordeste	Vale do Caí	Vale do Jaguari
Noroeste Colonial	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo
Norte	Vale do Taquari	
Produção		
Rio da Várzea		

Fonte: Adaptado de Pinto e Coronel (2013).

A divisão das Regiões Norte, Nordeste e Sul em Coredes contribui para justificar o período de análise abordado na presente pesquisa. Uma vez que a última alteração na quantidade de Coredes aconteceu em 2008, o período a ser analisado inicia-se nesse ano e estende-se até o ano de 2012, último ano para o qual se tem informações disponíveis, em dados consolidados e já divulgados, sobre as variáveis utilizadas no estudo. Assim, o recorte temporal dessa pesquisa, apesar de curto, permite evidenciar características específicas de cada uma das regiões

gaúchas e assim pensar em ações concretas para fins de desenvolvimento regional, por meio de políticas públicas.

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou as técnicas empregadas nesse processo (MARCONI; LAKATOS, 2009). No presente estudo, o banco de dados utilizado para a coleta dos dados secundários consiste em tabelas elaboradas e divulgadas pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) através do Portal Dados Abertos da FEE.

Inicialmente, delimitou-se a coleta dos dados para cada um dos Coredes como áreas de agregação geográfica. Posteriormente, realizou-se a sua separação entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Estado, conforme indicado no Quadro 1. Desse modo, constituiu-se um novo banco de dados especializado para as regiões em estudo.

Os dados coletados foram divididos em duas categorias. A primeira abarca as características da estrutura produtiva de cada região, na qual utilizam-se o Produto Interno Bruto (PIB) e o Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setores produtivos (agropecuário, industrial e serviços). A segunda contempla o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE), que aborda as variáveis renda, educação e saúde.

As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul, considerando-se a estrutura produtiva das Regiões Norte, Nordeste e Sul, de 2008 até 2012

No período que compreende os anos de 2008 até 2012, observa-se que a Região Nordeste representa 61,58% do PIB e 60,68% do VAB do Rio Grande do Sul, concentrando mais da metade do PIB e do VAB estadual (Tabela 1). Isso sugere que há, nessa região, uma concentração espacial das atividades produtivas em detrimento das Regiões Norte e Sul do Estado.

De 2008 até 2012, a Região Sul representa 21,62% do PIB e 21,57% do VAB do Rio Grande do Sul, ao passo que a Região Norte, nesse mesmo período, soma 16,79% no PIB e 17,75% no VAB do Estado (Tabela 1). Juntas, as Regiões Norte e Sul correspondem a 38,41% do PIB e 39,32% do VAB gaúcho. Em termos comparativos, a Região Nordeste supera as Regiões Norte e Sul no total do PIB e do VAB do RS em 23,17% e em 21,36%, respectivamente. Com base nesses agregados macroeconômicos, constata-se um atraso relativo, em termos de crescimento econômico, das Regiões Norte e Sul comparativamente à Região Nordeste.

Tabela 1 – Participação das Regiões Norte, Nordeste e Sul no PIB e no VAB do RS de 2008 até 2012

Região	Participação no PIB	Participação no VAB
Norte	16,79%	17,75%
Nordeste	61,58%	60,68%
Sul	21,62%	21,57%
RS	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Os dados apresentados corroboram com a histórica econômica do Rio Grande do Sul, que aponta a Região Nordeste como a que mais cresceu ao longo dos anos em relação às Regiões Norte e Sul. Essa conjuntura está associada às atividades produtivas que se desenvolveram em cada região, uma vez que a diferença entre as estruturas fundiárias e os tipos de atividade econômica historicamente predominantes em cada uma delas, são citados como os fatores de maior importância relacionados ao seu crescimento e à sua dinâmica produtiva (BANDEIRA, 1994).

Os processos de povoamento e de apropriação da terra no Rio Grande do Sul resultaram na formação histórica de duas sociedades díspares em termos de estrutura e de localização, dando origem à sociedade da pecuária e à sociedade da colônia. As disparidades de estruturação social e material existentes entre essas duas sociedades, relativamente desvinculadas durante longo período de tempo, constituem os fatores responsáveis pela configuração desigual no que tange às capacitações para a transformação social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da indústria no Estado (ALMEIDA, 1992).

Com base no processo de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, verifica-se que o elemento estrutura fundiária indica o dinamismo socioeconômico de cada região. A existência de um espaço agrário com reduzida desigualdade fundiária promove uma melhor distribuição de serviços para as populações, além de atividades agropecuárias mais dinâmicas e interligadas com os centros urbanos (ALVES; SILVEIRA, 2008).

Estrutura produtiva da Região Norte do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

No caso da Região Norte, verifica-se que o setor de serviços apresenta o maior VAB regional (60,71%), seguido pelo setor agropecuário (20,11%) e posteriormente pelo setor industrial (19,18%) (Tabela 2). Os dados sugerem que a estrutura produtiva dessa região está concentrada tanto em atividades industriais quanto em atividades agropecuárias, tendo em vista uma diferença de apenas

0,93% entre os setores industrial e agropecuário no que se refere à formação do VAB regional. Isso pode ser explicado a partir das condições naturais específicas existentes no local, elementares para a evolução da atividade industrial.

Nessa região tipicamente agrícola, o setor agropecuário favoreceu o desenvolvimento da indústria, mais especificamente, da indústria metalomecânica, direcionada para a agricultura (BIANCHI, 2013). O predomínio da produção de soja, trigo e milho trouxe empresas multinacionais de grande porte, produtoras de maquinário agrícola. Logo, diversas empresas menores, fornecedoras de peças para as montadoras, foram surgindo. Assim, através de sinergias, consolidou-se um polo de crescimento econômico regional com base na indústria metalúrgica, gerando emprego e renda e dinamizando a estrutura produtiva da Região Norte.

Destaca-se que esse processo de formação econômica pode ser explicado com base na Teoria dos Polos de Crescimento Econômico de Perroux. Isso em razão de que, na Região Norte, há duas montadoras de maquinário automotriz, a AGCO e a John Deere, localizadas em Santa Rosa e Horizontina, respectivamente. A atividade industrial dessas empresas possibilitou que um conjunto de empresas menores, denominadas empresas satélites, fosse formado na região (SCHULZ; KÜHN, 2017).

Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Norte no VAB setorial do Rio Grande do Sul, observa-se que o setor agropecuário corresponde a 38,57% do VAB do setor agropecuário do Estado (Tabela 2). O setor industrial representa 12,45% do VAB do setor industrial gaúcho e o setor de serviços perfaz 17,00% do VAB do setor de serviços estadual (Tabela 2). Os dados revelam que a Região Norte apresenta uma participação total de 17,75% na composição do VAB do Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Tabela 2 – Composição do VAB da Região Norte do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do Estado
Agropecuário	20,11%	38,57%
Industrial	19,18%	12,45%
Serviços	60,71%	17,00%
Total	100,00%	17,75%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

O setor agropecuário exerce uma importância significativa na base econômica da Região Norte, em que a estrutura fundiária é predominantemente constituída por pequenas e médias propriedades. Nessa região verifica-se uma série de benefícios através da facilidade em introduzir um processo de diversificação produtiva via

articulação de seis linhas de produção, representadas por soja, milho, laticínios, fumo, carnes suína e de aves. Constatou-se que o desempenho integrado dos setores agropecuário e industrial contribuiu positivamente para a promoção do crescimento econômico regional (ALONSO, 2003).

Estrutura produtiva da Região Nordeste do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Na Região Nordeste verifica-se que o setor de serviços apresenta a maior parcela no total do VAB regional (65,14%), seguido pelo setor industrial (31,42%) e pelo setor agropecuário (3,43%) (Tabela 3). Os dados evidenciam que a base econômica dessa região é predominantemente industrial, uma vez que o setor industrial supera em 27,99% o setor agropecuário na composição do VAB regional.

Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Nordeste no VAB setorial do Rio Grande do Sul, observa-se que o setor agropecuário corresponde a 22,52% do VAB do setor agropecuário do Estado, enquanto o setor industrial representa 69,72% do VAB do setor industrial gaúcho e o setor de serviços perfaz 62,34% do VAB do setor de serviços estadual (Tabela 3). Isso confere à Região Nordeste uma participação total de 60,68% na composição do VAB do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a Região Nordeste concentra mais da metade do VAB do setor industrial do Estado, evidenciando uma significativa concentração da atividade industrial gaúcha nessa região.

Tabela 3 – Composição do VAB da Região Nordeste do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do Estado
Agropecuário	3,43%	22,52%
Industrial	31,42%	69,72%
Serviços	65,14%	62,34%
Total	100,00%	60,68%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

A Região Nordeste, do ponto de vista da sua estrutura produtiva, reveste-se de características notoriamente distintas das Regiões Norte e Sul). Nessa região o setor agropecuário apresenta menor participação relativa na composição do VAB regional e o setor industrial representa uma parcela considerável nesse somatório, situação diferente da observada nas Regiões Norte e Sul, nas quais a indústria é consideravelmente similar à agropecuária em termos de sua representatividade no VAB regional. Fazendo-se um recorte territorial da Região Nordeste, é possível

identificar duas dimensões aglomerativas, sendo uma de caráter metropolitano e outra de caráter não metropolitano, consideradas, juntas, as áreas mais dinâmicas da economia gaúcha (ALONSO, 2003).

Estrutura produtiva da Região Sul do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Na Região Sul verifica-se que o setor de serviços apresenta o maior peso na composição do VAB regional (60,62%), seguido pelo setor industrial (22,60%) e pelo setor agropecuário (16,69%) (Tabela 4). Os dados mostram que, assim como na Região Norte, as atividades agropecuárias e as atividades industriais têm uma importância similar na base econômica regional, uma vez que há uma diferença de apenas 5,91% entre os setores industrial e agropecuário na composição do VAB dessa região.

Com relação à participação de cada setor produtivo da Região Sul no VAB setorial do Rio Grande do Sul, constata-se que o setor agropecuário corresponde a 38,90% do VAB do setor agropecuário do Estado, enquanto que o setor industrial representa 17,82% do VAB do setor industrial gaúcho e o setor de serviços abarca uma parcela de 20,66% do VAB do setor de serviços estadual (Tabela 4). Conforme esses dados, evidencia-se que a Região Sul apresenta uma participação total de 21,57% na composição do VAB do Rio Grande do Sul.

Tabela 4 – Composição do VAB da Região Sul do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Setor	Participação no VAB da Região	Participação setorial no VAB do Estado
Agropecuário	16,69%	38,90%
Industrial	22,60%	17,82%
Serviços	60,62%	20,66%
Total	100,00%	21,57%

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2015).

Na Região Sul, ao longo da sua história econômica, manteve-se uma estrutura produtiva especializada em poucos produtos. No início prevalecia a produção da carne bovina e da lã, fazendo com que a base produtiva fosse gradativamente modificada de modo que atualmente predominam as cadeias produtivas do arroz e da bovinocultura. O desempenho da economia da Região Sul está diretamente relacionado ao dinamismo do setor agropecuário, ao passo que essa região enfrentou um processo de desindustrialização relativa nas décadas de 1990 e no início dos anos 2000. Em algumas áreas da região esse processo chegou a configurar um quadro de desindustrialização absoluta (ALONSO, 2003).

Análise descritiva do IDESE das Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

O estudo acerca das desigualdades regionais não pode ser limitado às percepções e características inerentes apenas à estrutura produtiva das regiões comparadas. É importante que outros fatores sejam incorporados para que se possa ter uma apreensão mais efetiva do real quadro situacional de disparidades entre as regiões, permitindo dar mais consistência aos resultados divulgados.

A extensa pesquisa sobre as desigualdades regionais gaúchas poucas vezes leva em consideração os aspectos relacionados ao desenvolvimento humano, tais como variáveis ligadas à educação e à saúde. Nesse sentido, é importante enfatizar que as desigualdades econômicas não se restringem apenas à desigualdade de renda (BERNARDINI; KANG; WINK JR., 2015). Dessa forma, busca-se explicitar os resultados da situação socioeconômica das regiões do Rio Grande do Sul fazendo-se uso do IDESE, que considera os fatores quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento.

O IDESE consiste em um indicador-síntese que tem o propósito de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios, das microrregiões, dos Coredes e do Estado do Rio Grande do Sul. Esse índice é composto por 12 indicadores, divididos em três blocos: educação, renda e saúde (FEE, 2016).

O bloco educação utiliza cinco indicadores, que se dividem em quatro sub-blocos de acordo com faixas etárias: i) população entre quatro e cinco anos (pré-escola); ii) população entre seis e 14 anos (ensino fundamental); iii) população entre 15 e 17 anos (ensino médio); e iv) população com 18 anos ou mais (escolaridade adulta). O índice final do bloco educação consiste na média aritmética dos índices dos seus sub-blocos (FEE, 2016).

O bloco renda é composto por dois sub-blocos, que analisam a renda por duas óticas distintas: i) apropriação de renda; e ii) geração de renda. Cada sub-bloco contém um único indicador. O índice final do bloco renda consiste na média aritmética dos seus sub-blocos (FEE, 2016).

O bloco saúde utiliza cinco indicadores, que são divididos em três sub-blocos: i) saúde materno-infantil; ii) condições gerais de saúde; e iii) longevidade. No primeiro sub-bloco, estão inseridos dois indicadores: a taxa de mortalidade de menores de cinco anos e o número de consultas pré-natais por nascidos vivos. O segundo sub-bloco, condições gerais de saúde, é constituído pelos indicadores: taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas. O indicador taxa de mortalidade bruta padronizada completa o bloco saúde, ao formar o sub-bloco longevidade. O índice final do bloco saúde consiste na média aritmética dos índices dos seus sub-blocos (FEE, 2016).

De 2008 até 2012, as Regiões Norte e Nordeste apresentam um desempenho no IDESE superior ao da Região Sul (Tabela 5). Nesse período, verifica-se um aumento na média do IDESE nas três regiões gaúchas, apesar de em 2010 a Região Sul exibir IDESE inferior a 2009 (Tabela 5). De modo geral, constata-se uma melhora na situação socioeconômica das regiões do Estado para o período abordado.

Tabela 5 – Comparativo entre a média do IDESE das Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul de 2008 até 2012

Região	IDESE 2008	IDESE 2009	IDESE 2010	IDESE 2011	IDESE 2012
Norte	0,700	0,713	0,713	0,729	0,737
Nordeste	0,697	0,708	0,723	0,728	0,738
Sul	0,657	0,667	0,666	0,675	0,685

Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE (2016).

Com base nos dados da Tabela 5, depreende-se que a Região Sul, no período analisado, configura como a região menos desenvolvida do Rio Grande do Sul em termos de desenvolvimento socioeconômico, comparativamente às Regiões Norte e Nordeste. Assim, constata-se a existência de desigualdades em diversas dimensões do bem-estar entre as Regiões Norte e Nordeste comparativamente à Região Sul, a qual enfrenta privação não apenas por insuficiência de renda, mas também por ter acesso inadequado a serviços de saúde e de educação (BERNARDINI; KANG; WINK JR., 2015).

Esse panorama de desigualdades decorre de fatores estruturantes históricos, em que a dinâmica evolutiva das atividades econômicas desenvolvidas em cada região gaúcha, foi responsável, em grande parte, por delinear o atual cenário de disparidades regionais observado. Na Região Nordeste, a estrutura industrial consolidada amplia as possibilidades de empregos formais diretos e indiretos, gerando renda e criando demandas específicas possivelmente promotoras de uma maior especialização na prestação de serviços de saúde, de educação, de habitação, de transportes, entre outros capazes de elevarem o bem-estar social.

Na Região Norte, as operações das indústrias instaladas criam oportunidades para o desenvolvimento do setor de serviços. Nessa região, a consolidação de polos industriais, como o polo metalomecânico do Corede Fronteira Noroeste, aumenta as taxas de urbanização dos municípios sede de empresas montadoras. Isso, somado à demanda por profissionais qualificados nas empresas metalúrgicas, que atualmente atuam no mercado internacional exportando parte da sua produção, estimula os setores de ensino e de transportes. Via de regra, outras atividades emergem a partir de sinergias e de efeitos de encadeamento gerados ao longo desse processo de crescimento econômico regional (SCHULZ; KÜHN, 2017).

Ressalta-se que nas Regiões Norte e Nordeste a ocupação do território baseada na pequena e na média propriedade, impediu a concentração da terra. Isso, aliado às atividades produtivas que foram implementadas no passado e que no período recente têm incentivado novas formas de organização industrial nessas regiões, não implica um obstaculizador para a sua dinamização, traduzindo-se em uma ferramenta com potencial de ampliação do bem-estar social. A estrutura produtiva dessas regiões não perdeu dinamismo, potencializando a sua capacidade de adaptação aos movimentos do mercado através de um processo contínuo de aprendizagem.

Na Região Sul, entretanto, a concentração da terra, responsável por criar grandes latifúndios, somada às atividades produtivas arrojadas e pecuarista, impediu, em parte, o desenvolvimento da indústria. Assim, determinados benefícios decursivos dos efeitos de encadeamento gerados pelo setor industrial tiveram a sua evolução limitada. Com efeito, essa região desenvolveu problemas como insuficiência de renda e acesso inadequado a serviços de saúde e de educação (BERNARDINI; KANG; WINK JR., 2015).

A Região Sul tem a sua evolução social e econômica condicionada a fatores estruturantes históricos, a múltiplos elementos socioeconômicos que se materializam na utilização dos campos, além das atividades de pecuária extensiva e de rizicultura irrigada nas várzeas. Adicionalmente, a dinâmica dessas atividades, a organização do espaço decorrente dos seus *habitats* particulares e as crises cíclicas, são responsáveis pela definição dos comportamentos sociais e demográficos, das formas de concentração de renda e do estilo de consumo regional (ETGES, 2010).

Ressalta-se que a Região Sul é marcada por um acentuado processo de perda de dinamismo econômico, que tem origem a partir de dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira. Com a desindustrialização e a concorrência promovida pelo Mercosul na agricultura e na pecuária, essa região foi perdendo competitividade até atingir níveis consideravelmente elevados de estagnação. Atualmente, conta com índices de pobreza em diversos de seus municípios que se assemelham, em muitos aspectos, àqueles das regiões mais atrasadas do país (ETGES, 2010).

Os profundos desequilíbrios regionais no crescimento da economia do Estado penalizaram, sobretudo, a Região Sul. As informações quantitativas e as interpretações nelas contidas permitem associar as disparidades regionais entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul às dinâmicas de crescimento das unidades de produção que historicamente configuraram a economia gaúcha (BENETTI, 2007).

No que tange às potencialidades da Região Sul para a superação desse quadro de estagnação e de perda de dinamismo econômico, destaca-se a sua posição geográfica e o seu clima privilegiado no contexto do Mercosul. Além disso, a região apresenta solos de boa qualidade, condições para a exploração turística, abundância de recursos minerais, área tecno-científica com potencial,

infraestrutura de transportes em crescente melhoria com destaque para a malha ferroviária, amplo manancial hídrico, além de portos fluviais e do maior porto da América do Sul, o Porto de Rio Grande (ETGES, 2010).

As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul podem ser superadas por meio de ações voltadas à desconcentração industrial, incentivando o desenvolvimento da indústria nas Regiões Norte e Sul do Estado. Isso, além de permitir alavancar a competitividade da indústria gaúcha como um todo, seja nos cenários nacional e/ou internacional, possibilitaria romper com uma trajetória de atraso relativo das Regiões Norte e Sul em relação à Região Nordeste. A geração de emprego e renda decursiva do crescimento industrial e da redução de óbices tecnológicos, contribuiria para que privações no âmbito da saúde e da educação fossem sanadas no longo prazo. Tal processo seria beneficiado pelas sinergias geradas pelo setor industrial e pela sua articulação com os demais setores produtivos, gerando bem-estar social.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo geral identificar e refletir sobre a persistência das desigualdades entre as Regiões Norte, Nordeste e Sul do Rio Grande do Sul no período de 2008 até 2012. Os objetivos específicos buscaram descrever e comparar os aspectos inerentes à estrutura produtiva e à situação socioeconômica de cada região do Estado, considerando-se os agregados macroeconômicos regionais e algumas variáveis do desenvolvimento socioeconômico, como saúde, renda e educação.

No que concerne à estrutura produtiva regional, verificou-se que existe uma concentração espacial da produção industrial na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, a qual abarca 69,72% do VAB total do setor industrial gaúcho. Essa Região perfaz 61,58% do PIB do Estado e 60,68% do VAB total, ao passo que as Regiões Norte e Sul, juntas, totalizam 38,41% do PIB do RS e 39,32% do VAB total.

Constatou-se que nas Regiões Norte e Sul o setor agropecuário apresenta maior participação na composição da estrutura produtiva regional comparativamente ao setor industrial. Essa realidade é diferente da observada na Região Nordeste, na qual o setor agropecuário totaliza apenas 3,43% do VAB regional.

Verificou-se que em todas as regiões do Rio Grande do Sul houve melhora no IDESE no período considerado, de forma que a Região Sul é a que apresenta os níveis mais baixos desse indicador. Assim, o IDESE mostra que a população da Região Sul apresenta carência em termos de acesso a serviços de saúde e de educação, além de insuficiência de renda, quando comparada às demais regiões gaúchas.

Em vista desse panorama, ressalta-se a importância de promover uma reestruturação produtiva na Região Sul, por meio de políticas específicas capazes de alavancar as atividades industriais já existentes nessa região, além de buscar incentivos atrativos ao capital, nacional e estrangeiro, para estimular o desenvolvimento da indústria e também o empreendedorismo. Tal processo deve ser acompanhado por incursões que viabilizem uma reestruturação da base social, visando ampliar os níveis de bem-estar.

A Região Norte, mesmo com uma baixa participação nos agregados macroeconômicos do Estado comparativamente à Região Nordeste, apresenta um desempenho similar a esta no indicador IDESE. Esse quadro situacional pode ser explicado pela composição da sua estrutura produtiva, de modo que a produção agropecuária, diversificada, não comprometeu o desenvolvimento da indústria. O setor agropecuário, portanto, criou as condições necessárias para a formação de um polo industrial direcionado às atividades agrícolas nessa região. Essas sinergias beneficiaram o desenvolvimento do setor de serviços na região, de modo que a sua população não enfrenta as mesmas dificuldades que a da Região Sul no concernente ao acesso a serviços de saúde e de educação.

As desigualdades regionais do RS são consideradas um produto da sua formação econômica. Nesse contexto, processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais particulares, atuaram como elementos-chave para o seu surgimento e para a sua permanência. A superação dessas adversidades requer a implementação de ações estratégicas direcionadas à estrutura produtiva e social de cada região. Para tanto, devem ser consideradas as potencialidades e as particularidades dessas regiões a fim de ampliar a competitividade da estrutura produtiva já existente. Além disso, pode-se desenvolver novas atividades produtivas com possibilidades de inserção nas cadeias globais de valor, visando atuar de forma competitiva nos mercados nacional e internacional.

Isso permitirá a geração de emprego e renda e a absorção do capital humano regional. Para tanto, pode-se fazer uso de uma série de instrumentos, como a política industrial, as políticas de desenvolvimento regional, as políticas de desenvolvimento rural, entre outras capazes de atuar na redução de óbices de natureza diversa, decursivos das desigualdades regionais.

A principal contribuição desse estudo consistiu em mostrar que as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul são um produto do processo de formação da estrutura produtiva regional do Estado. Além disso, a presente pesquisa, ao incluir o indicador IDESE na sua abordagem, buscou avançar no concernente à tradicional forma de analisar as desigualdades entre as regiões gaúchas, a qual vem sendo focada principalmente na estrutura produtiva regional.

Uma limitação do estudo consistiu no período considerado para análise, que foi de 2008 até 2012. Assim, sugere-se como tema para pesquisas futuras ampliar esse recorte temporal a fim de verificar se os resultados encontrados nessa pesquisa

persistem no presente. Propõe-se também expandir o foco da abordagem inserindo questões referentes ao desenvolvimento rural e à preservação ambiental, de forma que sirva como instrumento para a sugestão e/ou o planejamento de políticas públicas focadas do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Referências

ALMEIDA, P. F. C. de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha (1870-1930). **Ensaio FEE**, vol. 13, n. 2, p. 546-577, 1992.

ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 33, n. 4, p. 101-114, mar. 2006.

ALONSO, J. A. F. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 31, n. 3, p. 97-118, nov. 2003.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994, p. 214-224.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos de Geografia**, vol. 9, n. 26, p. 1-15, jun. 2008.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES**. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994, p. 8-48.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 6-34, ago. 2017.

BENETTI, M. D. Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, vol. 34, n. 4, p. 129-142, mar. 2007.

BERNARDINI, R.; KANG, T. H.; WINK Jr, M. V. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma abordagem multidimensional utilizando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), 2007-10. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 42, n. 4, p. 59-72, 2015.

BIANCHI, M. **Diversificação produtiva do cluster metal-mecânico agrícola da Região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul**: uma análise de sua trajetória a partir dos mecanismos de transbordamento (spillover) e spin-off. 2013. 248f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, vol.1, n. 1, p. 85-94, 2013.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional: uma análise da Metade Sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos – NAEA**, vol. 13, n. 2, p. 69-186, dez. 2010.

FIORI, T. P. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 21, n. 8, p. 7, ago. 2012.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **IDESE**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Dados Abertos**. Disponível em: <http://dados.fee.tche.br/>. Acesso em: 20 set. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3, p. 2-24, jan./jun. 2010.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

KÜHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Redes**, Santa Cruz Sul, vol. 20, n. 2, p. 11-30, mai./ago. 2015.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 22, n. 6, p. 6-15, set. 2015.

LIMA, E. C. de; LIMA, E. P. C. de; EVAS, I. M.; TEIXEIRA, M. S. G. Teoria da Base de Exportação e sua relação com o desempenho econômico: o caso do Estado de Santa Catarina. **Textos de Economia**, vol. 16, n. 1, p. 95-116, jan./jun. 2013.

LIMA, J. F. de; ALVES, L. R. Disparidades espaciais na capacidade da economia regional das microrregiões paranaenses em criar empregos formais: evidências empíricas. In: RAIHER, A. P. (Org.). **Economia paranaense: crescimento e desigualdades regionais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012, cap. 2, p. 55-92.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano XII, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTAGNHAN, B. A.; SHIKIDA, P. F. A. Base econômica e desenvolvimento local: estudo de caso múltiplo em municípios canavieiros. **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol. 24, n. 2, p. 107-125, 2012.

OLIVEIRA, T. D.; ATTÍLIO, L. A. Causação cumulativa em Myrdal e seus desdobramentos enquanto alternativas ao conceito de equilíbrio. **Revista de Economia**, vol. 40, n. 3, p. 28-46, set./dez. 2014.

PERROUX, F. Notas sobre o conceito de polo de crescimento. In: **Cadernos de teoria e conhecimento**, N. 6 [A planificação e os polos de desenvolvimento]. Portugal: Edições RES, 1975, p. 5-26.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Análise do desenvolvimento socioeconômico das regiões do Rio Grande do Sul. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano XV, n. 28, p. 5-16, dez. 2013.

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, vol.3, n.5, 1988.

SCHULZ, J. R. S.; KÜHN, D. D. Análise da estrutura produtiva do Corede Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul sob a ótica da teoria dos polos de crescimento econômico de François Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, vol. 3, n. 38, p. 28-51, dez. 2017.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012.

Endereço para correspondência:

Jéferson Réus da Silva Schulz – jefersonschulz@gmail.com
Avenida Roraima, 1000 – Bairro Camobi
97105-900 Santa Maria/RS, Brasil

Daniela Dias Kühn – daniela.kuhn@ufrgs.br
Av. João Pessoa, 31 – Farroupilha
90040-000 Porto Alegre/RS, Brasil